

# O Processo de Gentrificação do Parque do Povo

## Fatores que desencadearam este fenômeno social

*Larissa Diana da SILVA*

*Ricardo Junior Demico Lasso FAGUNDES*

### RESUMO

Sabemos que no processo de expansão territorial de Presidente Prudente vários fatores influenciaram para sua atual conjuntura. O Parque do Povo, por exemplo, juntamente com a Linha Férrea e a Rodovia atuaram como barreiras físicas e psicológicas para a sociedade prudentina, mas como isso auxiliou no processo de gentrificação no entorno do, então, Córrego do Veado? Como se deu tal processo e quais foram os resultados e consequências para a cidade? Este será o tema tratado no artigo com intuito de levantar debate sobre este fenômeno social tão recorrente.

Palavras-chaves: Artigo científico. Gentrificação. Parque do Povo. Presidente Prudente.

### INTRODUÇÃO

O assunto tratado no presente artigo aborda o processo de gentrificação na área do antigo Córrego do Veado, localizado em Presidente Prudente interior de São Paulo, hoje é popularmente conhecido como Parque do Povo. Até sua revitalização, esta área foi considerada uma das barreiras urbanas da cidade, fato que nos possibilita observar os diferentes impactos na sociedade prudentina. A partir deste contato, estabelecemos a relação entre a representação do respectivo espaço urbano no antes e após a intervenção, analisando como suas mudanças afetaram a vivência dos moradores das adjacências.

O uso da gentrificação como ponto central deste artigo se deu através da proposta de relacionarmos um local de interesse público e os acontecimentos ao seu redor. Perguntamo-nos então, como essa área influenciou socialmente e

<sup>1</sup> Discente do 3º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. larissadiana@hotmail.com

<sup>2</sup> Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. recard@outlook.com.br

economicamente a população? Os habitantes do entorno do Parque do Povo não foram sempre de classe econômica média ou alta, isso aconteceu como consequência da revitalização que ocorreu no local como forma de transformar algo “feio e pobre” em “bonito e lucrativo”. Abordamos pontos específicos da história de Presidente Prudente dando ênfase na área de intervenção, seu entorno e consequentemente, nas pessoas que habitam ou já habitaram esse local.

A base teórica utilizada para o artigo foi a dissertação de mestrado de Maria Encarnação Beltrão Spósito, intitulada “O Chão em Presidente Prudente: A Lógica da Expansão Territorial Urbana”. A mesma trata do crescimento territorial da cidade de Presidente Prudente desde sua criação até a década de 1980, enfatizando a década de 1970, período considerado pela autora como o de maior expansão territorial, abordando áreas específicas da cidade e o deslocamento de população de uma área para a outra, além de conceitos como barreiras urbanas.

O artigo está organizado em assuntos que se relacionam diretamente através da história: sua origem, expansão, o surgimento da área de intervenção e suas transformações e o que representa hoje.

## **1. GENTRIFICAÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O TEMA**

O processo de gentrificação se dá pela mudança de cenário em determinada área urbana a princípio desvalorizada – geralmente áreas centrais, pontos turísticos e centros históricos – e que, até então, pertencem às classes sociais mais baixas. No decorrer dos processos de valorização do local, os moradores se veem obrigados a migrar para outras áreas, tantas vezes distantes dos centros, por não conseguirem acompanhar o novo padrão de vida que ali se estabelece, pois, os aluguéis, os impostos e outras despesas acabam ficando elevados. Em consequência, há substituição no cenário, já que pessoas com poder aquisitivo maior tornam-se os novos moradores, dando ao local nova identidade social, que nada mais é do que um “enobrecimento” da área.

Mascarada por revitalização urbana e com objetivo de beneficiar a todos, a gentrificação é motivada pelo interesse privado, relacionado à especulação

imobiliária, mas também é usada pelo poder público para justificar e promover ações que beneficiem partidos e atribuam boa gestão a políticos.

O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” representa uma estratégia central na competição entre as diferentes aglomerações urbanas. Assim como na globalização, estamos em presença de uma espécie de anônima lógica econômica, e a oposição a tal transformação global e urbana terá um papel crucial na orientação que tomarão os novos espaços. (RANGEL, 2015 apud SMITH, 2006, p. 85)

Embora a gentrificação seja um fenômeno urbano social antigo, acontecendo em inúmeras cidades do mundo, e pouco discutido pela massa, é um processo recorrente e que tem muitos exemplos para ilustrar qualquer pesquisa que seja feita relacionada a este tema.

No Brasil, vários são os casos ocorridos em grandes cidades como Rio de Janeiro, mais especificamente no bairro do Vidigal. Vemos agora uma substituição no perfil social da área, que está se tornando lugar de eventos e casas de alto padrão em busca de vistas deslumbrantes para a praia de Ipanema que se tem a partir do morro, mas que historicamente é conhecido pelas moradias instaladas de forma irregular e sem estrutura e pelo grande índice de criminalidade que ali se instalava e desencorajava qualquer um a subir o morro. Contudo, tal cenário se estabeleceu antes da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) que atua como um beneficiamento aos moradores, mas que deu início ao processo de gentrificação no local.

Atualmente, os moradores estão sofrendo as consequências deste processo, tendo que arcar com aluguéis cada vez mais caros e recebendo constantemente visitas de empreendedores imobiliários interessados em suas casas.

A descrição acima se torna semelhante ao que aconteceu em Presidente Prudente no entorno do Parque do Povo. Em ações distintas os antigos moradores foram substituídos e redirecionados às regiões periféricas, assim como as antigas chácaras que ali existiam deram lugar à restaurantes, academias, consultórios médicos e outras instalações que transformaram o maior espaço de lazer prudentino.

## 2. A EXPANSÃO TERRITORIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

### 2.1. O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO

O município de Presidente Prudente começou a tomar forma ainda na segunda metade do século XIX quando houve um movimento de migração para a região com o objetivo de buscar novas terras destinadas a agricultura, como cita Spósito (1983, p. 34):

Os primeiros moradores da área foram os Índios coroados. Estes foram seguidos pelos chamados desbravadores da região, dos quais José Teodoro de Souza foi o pioneiro, pois em 1856 se apossou de grande faixa de terra nos Sertões do Paranapanema.

As terras eram obtidas através das chamadas sesmarias – onde lotes de terras eram concedidos pelo governo com o intuito de promover a agricultura – por ocupação e por compra, de acordo com a Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Neste contexto, as terras que não eram de uso privado ou público, eram consideradas devolutas.

Muitas foram as terras adquiridas por ilegalidade, não sendo distinto ao caso de José Teodoro de Souza, onde declarou que sua posse ocorrera em 1847, citando que ali residia desde o proferido ano.

Concomitantemente a estes acontecimentos, no início do século XX houve a expansão da linha férrea – Estrada de Ferro Sorocabana – de modo a favorecer a economia cafeeira no extremo Oeste Paulista através do fácil transporte para os grandes centros. O crescimento urbano da região se deu ao longo da ferrovia, onde atualmente encontram-se cidades como Álvares Machado, Santo Anastácio, Presidente Venceslau, entre outras que compõem o Oeste Paulista.

Referindo-se diretamente à cidade, como conhecemos, esta se deu como escreve Dióres (1972, p. 45):

Pela reunião de dois núcleos urbanos criados para ampararem as vendas de terras feitas pelo Coronel Francisco de Paula Goulart e Coronel José Soares Marcondes, que foram os responsáveis por sua fundação e sistemática colonização, respectivamente.

Francisco de Paula Goulart, na companhia de alguns trabalhadores sertanejos, iniciou uma caminhada de Assis, onde morava, até o Alto do Tamanduá, onde havia o prolongamento da Sorocabana e, no Córrego do Veado, cenário do

presente estudo, armou alojamento, como aponta Dióres (1972). Procurou, então, o Engenheiro Responsável pelas obras, Dr. João Carlos Fairbanks, onde pediu-lhe que projetasse um núcleo urbano em frente à Estação, objetivando a construção de uma fazenda para loteamento de terras e traçando uma delimitação entre o que seria a cidade e a fazenda, sendo este traçado inicial conhecido como a Av. Washington Luís, atualmente. Concomitantemente a isto, no dia 14 de setembro de 1917, Francisco de Paula Goulart deu ordem para que o local fosse desmatado e se iniciasse uma roça de milho, ficando esta data conhecida como o aniversário da cidade.

Através da propaganda do fundador os compradores interessados nas terras foram chegando e, nesse contexto, Francisco de Paula Goulart ficou conhecido por seu método prático de vendas, onde cedia um lote para o interessado e o mesmo poderia pagar conforme pudesse, sucedendo a escritura. Mas além de conflitos ocasionados pela falta de precisão de terras, esta prática gerou prejuízo para o Coronel, que acabava por não saber exatamente o quanto podia usufruir de suas terras. Neste período foi inaugurada uma capela (1918), um armazém de secos e molhados e a própria Estação Ferroviária, em 1919.

No entanto, Francisco de Paula Goulart, não foi o único a urbanizar a região com suas vendas. Em 1919 o Coronel José Soares Marcondes iniciou suas atividades no lado oposto da linha férrea, na já existente Gleba Montalvão, de posse do Dr. Amador Nogueira Cobra. Comprou parte da terra para si e em 1920 a adquiriu por completo. Através da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, a qual lhe pertencia, vendia terras por meio da veiculação de propagandas que chegavam até a capital por meio de anúncios nos vagões dos trens. Era característico empresário, com maior suporte financeiro e representava a segunda fase do pioneirismo, a especulação capitalista.

Com uma estrutura comercial mais ampla e mais organizada, o Coronel Marcondes dinamizou a venda de terras na Alta Sorocabana, beneficiando-se da política de valorização do café, característica da década de 20 que trouxe uma euforia para os negócios da lavoura em geral. (DIÓRES, 1972, pg. 74).

Assim foram criadas as Vilas Goulart e Marcondes, uma para cada lado da ferrovia, dando início na urbanização de Presidente Prudente, que ainda era um povoado, mas que já possuía 846 habitantes sendo 251 crianças entre 5 a 12 anos.

Na exigência de um estatuto político de município, obteve primeiro a criação de um Distrito Policial, em 1921, e tornou-se efetivamente município também neste ano, pela Lei n.º 1798 de 21 de novembro de 1921. (HISTÓRICO, s.d.; s.p.).

## **2.2. A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO E SUAS TRANSFORMAÇÕES**

O Parque do Povo nem sempre foi tão atrativo quanto é atualmente. O fundo de vale que antes era conhecido como um esgoto a céu aberto – devido ao contínuo despejo de lixo por parte dos moradores, era também cercado por chácaras, onde havia plantio e a utilização da água do córrego. Estas características faziam do local um delimitador do perímetro da cidade, deixando a impressão de que não haveria chances de crescimento.

Sobre a expansão territorial da cidade, Spósito (1983, p. 79) diz: “Na década de 70, Presidente Prudente conheceu expansão territorial sem precedentes, especialmente a partir de 1976”. Foi a partir deste período que começaram as alterações no cenário do local em estudo, ocasionando um processo de reurbanização no espaço através da doação de recursos do Governo Federal, quando a cidade possuía, ainda, cerca de 80 mil habitantes. (GASPARETO, 2017, s.p).

Foi neste período em que houve a construção do Centro Olímpico que, atualmente, passa por reformas e melhorias. Entretanto, após a inauguração, o local passou por uma fase de abandono, tanto por parte da população, quanto pela gestão pública em virtude do alto custo que a sua manutenção ocasionaria.

Apesar de sempre ser pauta nas diferentes administrações da cidade, foi só a partir de 1995, com o então prefeito Agripino Lima e com a colaboração da Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO) e da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, que se voltou a ter uma preocupação com o local, onde a canalização do tipo trapezoidal do trecho que ainda passava a céu aberto foi substituída pela canalização fechada com tubos ármicos em decorrência da existência de esgotos clandestinos.

A partir de então aconteceram diversas ações que visavam contribuir para as melhorias do local, como campanhas que pediam sugestões à população. Entre 2002 e 2004 aconteceu a revitalização do Parque do Povo, agora com área de alimentação, amplificação de calçadas, iluminação, estacionamento e playground e com a implantação de pistas de caminhada, ciclovias, quiosques, postos policiais, campos de areias, entre outras opções de atividades, tornando-o mais próximo do que conhecemos hoje.

Ainda sobre estas melhorias Bortolo, (2012) apud Silva, (1994) cita:

Apesar do alto custo da obra, não houve a implantação de todos os equipamentos previstos no projeto original. Dos seis conjuntos de parque infantis previstos, apenas três foram construídos, das vinte e seis quadras poliesportivas (nove de bola ao cesto, quatro de voleibol e treze de futebol de salão), observamos apenas duas; dos três campos de futebol, existem dois; dos cinco conjuntos de lanchonetes com sanitários públicos, observamos apenas dois. Além de ter havido significativa redução no número de equipamentos, alguns sequer foram implantados, como: o kartódromo (com dimensões oficiais), as quatro quadras de tênis, as quatro canchas de bocha e malha.

De fato, o que vemos hoje é o resultado do processo de etapas que levaram o Parque do Povo ao seu título de cartão-postal e maior espaço de lazer e convivência da cidade.

### **2.3 BARREIRAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS**

Ainda em sua dissertação, Spósito (1983, p. 81) indaga: “que elementos, fatores e mecanismos atuaram (como ainda atuam) impulsionando e orientando o crescimento territorial de Presidente Prudente na década de 70, os quais permitiram expressiva ampliação de sua malha urbana”. Ela trata do conceito das barreiras físicas e psicológicas que sem interpõem no processo de urbanização da cidade.

Observamos que para os habitantes do meio urbano, estradas de ferro, de rodagem, ou mesmo rios, constituem-se além de barreiras geográficas, devido as dificuldades causadas pela circulação de automóveis e pessoas, também falsas barreiras psicológicas, se assim podemos denominá-las. É comum ouvir-se falar das áreas localizadas além dos obstáculos como “do lado de lá do rio”, “do outro lado da linha”, “depois da estrada”, etc. (SPÓSITO, 1983, p. 83).

Quando estudamos sobre o processo de gentrificação do atual Parque do Povo, iniciamos através de sua história e, levando em conta que ainda se tratava apenas de um fundo de vale, uma área habitada, porém degradada vista pela questão ambiental, concluímos que o mesmo atuava como uma barreira física onde, como dito anteriormente, significava para muitos o fim do perímetro urbano da cidade.

No contexto prudentino, não foi apenas a área de estudo que se caracterizou desta forma, a linha férrea, ao norte, e a rodovia Raposo Tavares, ao sul, também atuaram como barreiras físicas e falsas barreiras psicológicas. A questão psicológica se dá pela influência que algumas expressões referentes a estes locais causam na população, pois isto traz uma imagem negativa ao desenvolvimento comercial, residencial e de serviços da área. São frases como as citadas por Spósito que ocasionam uma segregação social entre estas áreas e o restante da cidade. Assim, enquanto há a urbanização de outros locais, áreas como a do antigo Córrego do Veado ficam abandonadas por um longo período de tempo.

A quebra dessa barreira ocorre a partir da ação do interesse privado, tornando o local mais atrativo, ou seja, a criação de um novo espaço junto de uma ação publicitária faz com que a região seja aceita pelo senso comum. Nota-se então que áreas com dificuldades de acesso, topografia irregular, isolamento, má adequação para ocupação urbana ou até mesmo razões ligadas ao domínio psicológico das pessoas, se houver interesse e retorno de capital, são alteradas e adicionadas no meio urbano, convertendo-as imediatamente a locais melhores.

A área além da ferrovia ainda sofre, mesmo que com menor intensidade, com os efeitos causados por esse fator, diferentemente do Parque do Povo, pois vemos que a cidade se expandiu para além do local e é visto, atualmente, com “bons olhos” pela população.

### 3. CONSEQUÊNCIAS

#### 3.1 REDIRECIONAMENTOS DOS MORADORES

Ainda em sua dissertação, como resultado da discussão sobre alguns conceitos, Spósito (1983, p. 94) diz:

Assim, planos nos quais se incluem alocações que trarão vantagens, desencadeiam mecanismos encarregados de promover a valorização dos terrenos e imóveis, mesmo antes que se concretize o planejado. Estes mecanismos são chamados de *especulação imobiliária*, e são muito próprios da lógica do capitalismo. Eles podem direcionar eixos de expansão da cidade. Decidindo para que áreas a cidade cresce, transformando o espaço rural em urbano. Ou, se as áreas já eram ocupadas anteriormente, a possível alocação de bens e serviços, que externalizará benefícios, promoverá uma substituição da população residente.

O que aconteceu nesta área é semelhante ao que ocorreu e ainda ocorre em diversos centros urbanos. Os interesses econômicos disfarçados de benfeitorias acarretaram na mudança de cenário do local, dando a ele uma nova identidade social. O entorno do Córrego do Veado era ocupado por diversas chácaras e o processo de reurbanização resultou na expulsão gradativa dos moradores, sendo 330 desapropriações realizadas nos lotes ali existentes. (GASPARETO, 2017, s.p). Porém, não foi uma readaptação fácil e a resistência das famílias combinada com o alto investimento que haveria, devido às desapropriações, tornaram este acontecimento polêmico.

Em casos deste tipo, sabemos que a chegada dos benefícios é o motivo pelo qual acontece o processo de substituição, pois isso gera aumento no custo de vida do local. Os moradores muitas vezes ficam sem condições de pagar mais em impostos e por acharem melhor, acabam vendendo seu imóvel na tentativa de conseguir outro, quitado, sem os altos custos que teriam que arcar se continuassem no local de origem. Então, acontece a entrada dos novos moradores que podem e se dispõem a pagar pelas melhorias do local.

Os loteamentos da área de estudo – Córrego do Veado, foram implantados muito antes de sua idealização, e eram: Jardim Bongiovani, Cidade Universitária, Jardim Paulistano, Vila Tabajara, Vila Guaíra, Jardim Caiçara e Vila Mathilde. Para o Jardim Bongiovani a instalação do Parque apenas o firmou como local de classe alta, a Cidade Universitária estava voltada para a classe média, mas

nos outros bairros se observou o processo de substituição dos moradores. (Spósito, 1983)

As casas que antes formavam o cenário do entorno, eram em sua maioria de madeira, evidenciando o baixo poder aquisitivo dos moradores. As avenidas que hoje passam por lá, sequer eram asfaltadas e também não havia acesso a ônibus.

As melhorias advindas da criação do Parque do Povo trouxeram aos moradores valores elevados sobre o asfalto, principalmente em relação às avenidas, e sobre os lotes, de forma a iniciar o processo de afastamento destas famílias.

O que vemos agora são algumas pequenas casas antigas nas ruas secundárias do local contrastando com as casas de alto padrão que foram surgindo ao longo dos anos e tomando conta da região. Spósito (1983, p. 98) ainda diz: “Ironicamente, foram os benefícios trazidos pelo Parque do Povo, muito mais do povo antes do que agora, responsáveis pela expulsão da população de baixo poder aquisitivo”.

Não constatamos com exatidão para quais locais foram esses moradores, mas tomando como base o que acontece no processo de gentrificação, seria correto dizer que ocuparam as regiões periféricas da cidade, se distanciando cada vez mais de serviços elementares e tendo que se adaptar a sua nova realidade. Seriam, então, bairros como Residencial Itapuã, Residencial Monte Rey, Conj. Hab. Brasil Novo, Residencial Maré Mansa, entre outros que concentram a população de menor renda da cidade, que tornaram-se o destino daqueles moradores.

### **3.2 ATUALIDADES: NOVO CENÁRIO**

Percorrendo as Avenidas 14 de Setembro e 11 de Maio, observamos um cenário muito diferente se comparado aos relatos de outrora. Visualizamos ao longo dessas avenidas, atualmente, grandes lojas de variados segmentos, boutiques, academias, restaurantes e prédios de alto padrão.

Ainda hoje, periodicamente, são realizadas reformas que visam aperfeiçoar a experiência do usuário no Parque do Povo. O Centro Olímpico, por exemplo, está a alguns anos em processo de melhoramento. Há a expectativa que após o término das obras serão atendidos cerca de 4500 nadadores, além de atletas de outras modalidades esportivas.

Em 2017 a cidade comemorou seu 100º aniversário e além dos variados eventos que aconteceram alusivos a esta comemoração, foi inaugurada no Parque do Povo, próximo a Fundação Mirim, a Praça do Centenário. Trata-se de uma área de 16 mil metros quadrados de área total e mais de 11 mil metros quadrados de área construída que representa a história da cidade. Possui em alto relevo no solo, uma rosa dos ventos que indica os quatro pontos cardeais da cidade. Além disso, é possível contemplar um monumento de 8 metros de altura que representa um aperto de mão entre os Coronéis José Soares Marcondes e Manoel Goulart.

Contudo, a realidade é que, apesar de ser um local com espaço para diversas atividades, ainda não é um espaço totalmente integrado e compartilhado, pois não atende a toda população prudentina, e isto nos é visto como consequência do processo de segregação espacial da população mais pobre.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Propomos uma volta ao passado para melhor entender o processo de gentrificação ocorrido no entorno do Parque do Povo. As análises feitas a partir de vários textos de referência nos fizeram compreender como certos fatores influenciam em diferentes fenômenos sociais em locais de uso público.

No caso em estudo, um local que atuava como obstáculo para o desenvolvimento urbano, abandonado durante determinado período até ter seu cenário alterado por conta de interesses da gestão pública em revitalizar a área a fim de obter retorno de capital. Entendemos que a partir desse momento houveram mudanças na forma de pensar da população em relação ao Parque, agora deixando de ser uma barreira física e psicológica que impedia a sociedade de usufruir de novos espaços.

As alterações e reformas no Parque do Povo continuaram a reformular a imagem de seu entorno na questão socioeconômica. A transformação que o local sofreu, teve reflexão na camada de serviços, comércios e habitações próximas, elevando os custos da área e retirando quem não teria condições de manter essa imagem.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres dos Santos. Formação Histórica de uma Cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente. Presidente Prudente, 1972.

BORTOLO, Carlos Alexandre. O Espaço Público do Parque do Povo – Presidente Prudente – SP: Reflexões Geográficas. Presidente Prudente, 2013.

BORTOLO, Carlos Alexandre. Transformações no/do Espaço Urbano e a Dinâmica da Produção de um Espaço Público: Um Ensaio Sobre o Parque do Povo em Presidente Prudente – SP. Maringá, 2012.

CARLOS, Joilton. Além da beleza, Parque do Povo é símbolo da expansão de Presidente Prudente. 15/set/2014. Disponível em: <http://www.paulolima.com.br/alem-da-beleza-parque-do-povo-e-simbolo-da-expansao-de-prudente/>. Acesso em 13/mai/2018.

FERRAREZI, Andressa Mastroldi; FRANCISCO, Arlete Maria. Ocupação Urbana da Bacia do Córrego do Veado em Presidente Prudente, SP. 2014.

GASPARETO, Mariane. Parque do Povo tem início em 76. 14/set/2017. Disponível em: <http://imparcial.com.br/noticias/parque-do-povo-tem-inicio-em-76,15402>. Acesso em: 13/mai/2018

Museu Municipal Histórico. Histórico da Cidade. Disponível em: <http://presidenteprudente.sp.gov.br/museu/historicomunicipalHistorico.jsp>. Acesso em 13/mai/2018.

RANGEL, Natália F. de Abreu. O Esvaziamento do Conceito de Gentrificação como Estratégia Política. Santa Catarina, 2015.

RINCON, Murilo; CUSTÓDIO, Valmir. Prudente chega aos 100 anos com o Parque do Povo no “auge da forma física”. 14/set/2017. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/prudente-chega-aos-100-anos-com-o-parque-do-povo-no-auge-da-forma-fisica.ghtml>. Acesso em 13/mai/2018.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. O Chão em Presidente Prudente: A Lógica da Expansão Territorial Urbana. Rio Claro, 1983.

WELLE, Deutsche. “Gentrificação” no Vidigal pressiona preço dos imóveis. 14/abr/2014. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/gentrificacao-chega-ao-vidigal-e-pressiona-precos-dos-imoveis-8227.html>. Acesso em 13/mai/2018.